
Hospital Mater Dei S.A.

***Demonstrações financeiras de acordo
com as práticas contábeis adotadas no
Brasil e com o IFRS em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Hospital Mater Dei S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Hospital Mater Dei S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Mater Dei S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Hospital Mater Dei S.A.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia permaneceram substancialmente consistentes com as operações do exercício anterior. Considerando esse contexto, nossa estratégia de auditoria e a definição dos Principais Assuntos de Auditoria mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles definidos no exercício anterior. Em 2020, a Companhia procedeu à cisão parcial do seu patrimônio líquido (ativos imobilizados), seguido de incorporação ao patrimônio líquido da sua controladora, o que resultou em quebra de cláusulas contratuais e, conseqüentemente, a reclassificação de parcela substancial de financiamentos para o passivo circulante. Adicionalmente, foi celebrado contratos de arrendamento de determinados bens cindidos. Os eventos relacionados com estas transações se constituíram em dois novos PAAs no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receitas (Notas explicativas 3.14 e 19)

A Companhia atua no provimento de serviços de saúde, os quais envolvem a prestação de serviços hospitalares, ambulatoriais, laboratoriais, hotelaria, e de diagnóstico, bem como o uso de medicamentos e materiais hospitalares.

O reconhecimento das receitas implica na adequada apuração das contas hospitalares, faturadas e não faturadas, bem como em determinar a dedução das estimativas de glosas sobre os serviços prestados e medicamentos e materiais hospitalares aplicados, decorrentes de questionamentos por parte de clientes operadoras de planos de saúde, alegando não serem devidos, parcial ou -totalmente.

O grande volume de contas hospitalares e a diversidade de serviços e insumos aplicados, bem como o fato de haver prestação de serviço em curso na data das demonstrações financeiras, requerem que a Companhia possua controles detalhados que lhes permitam apropriar a receita no período correto.

Adicionalmente, o reconhecimento da receita também envolve um componente de consideração variável relativo às glosas. Portanto, a receita é mensurada somente na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas, não deva ocorrer, o que envolve o exercício de

Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros, o entendimento com os responsáveis da administração acerca dos principais controles utilizados na apuração das contas médicas com vistas ao reconhecimento da receita no período correto. Adicionalmente, avaliamos os critérios empregados na elaboração da estimativa de provisão de glosas, com base no histórico de perdas efetivas. Obtivemos ainda o entendimento de como os efeitos econômicos resultantes da pandemia do Covid 19 impactaram o volume de glosas (componente variável) aplicadas pelos convênios nas contas médicas e de perdas esperadas em contas a receber (risco de crédito).

A partir do entendimento e testes específicos, concluímos pela efetividade dos controles gerais de tecnologia da informação, o que nos permitiu realizar testes sobre os controles das transações de receitas. Esses testes de controles compreenderam a verificação da integridade das datas de cadastro e alta de pacientes e a verificação da acuracidade dos preços incluídos nas contas hospitalares com base na tabela de preços vigentes.

Realizamos testes de transações e saldos que compreenderam: (i) a confirmação de saldos de contas a receber, selecionados em bases amostrais, e, quando não recebidas as respostas, teste alternativo contemplando a verificação suporte da

Porque é um PAA

julgamento para a determinação de estimativa contábil com base na experiência histórica.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

remessa correspondente e, quando aplicável, de liquidação subsequente dos saldos; (ii) a seleção, em bases amostrais, de contas hospitalares nos registros de receita para verificação de sua inclusão em uma remessa para plano de saúde, o confronto dessa remessa com a nota fiscal emitida e, quando aplicável, a correspondente liquidação financeira subsequente; e (iii) recálculo das deduções com impostos sobre a receita bruta.

Também obtivemos os relatórios detalhados de contas hospitalares no final do exercício e verificamos o critério de reconhecimento da receita no período correto com base na data de prestação dos serviços, bem como selecionamos, em bases amostrais, contas hospitalares para verificação da acuracidade das premissas empregadas pela administração.

Por fim, quanto às provisões para glosas e para créditos de liquidação duvidosa, obtivemos o relatório da conta de recursos de glosas e das contas a receber de clientes, por idade, analisamos o comportamento dos saldos vencidos e a vencer e comparamos com o valor das provisões constituídas, com base no critério estabelecido pela administração.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e as premissas adotados pela administração para a apuração da receita e o seu reconhecimento no período correto, bem como as correspondentes divulgações, são razoáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados.

**Passivos contingentes
(Notas explicativas 3.12 e 17)**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista, previdenciária e tributária, bem como possui outros passivos contingentes, decorrentes do curso normal

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes para identificar, avaliar e divulgar os passivos contingentes. Para tanto, obtivemos cópia

Porque é um PAA

de suas atividades.

A administração avalia periodicamente, com base nas opiniões de seus assessores jurídicos, o progresso dos processos, nas diversas instâncias judiciais ou administrativas, com o propósito de estimar os possíveis desfechos, e provisionar aqueles considerados de perda provável e divulgar aqueles considerados como de perda possível.

A determinação da probabilidade de êxito frente a esses riscos contingentes, assim como a estimativa de perdas prováveis esperadas, envolve julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, pois dependem da evolução desses assuntos no futuro, o que não está totalmente sob o controle da administração.

Nesse contexto, consideramos que esse tema permanece como um dos principais assuntos de auditoria pois o desfecho desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos e produzir impacto imediato no resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

dos autos de infração para determinados processos visando o entendimento dos argumentos da autoridade fiscal.

Obtivemos confirmações dos assessores jurídicos externos que patrocinam os processos judiciais e administrativos, contemplando os prognósticos de perda e a quantificação dos montantes estimados, para avaliar a adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado, conforme aplicável. Também, procedemos ao recálculo das provisões constituídas considerando atualizações monetárias e encargos. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas nas notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões para demandas judiciais e administrativas, bem como as divulgações efetuadas, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos.

Reestruturação societária e quebra de cláusulas restritivas (Notas explicativas 1.2, 5.2(ii), 15 e 28)

Com o intuito de promover uma reorganização dos seus ativos, em 31 de outubro e em 31 de dezembro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram as cisões parciais do seu patrimônio líquido, representadas por certos ativos das suas atividades operacionais.

Os contratos de financiamentos firmados para a construção das unidades hospitalares Betim/Contagem Contorno e Salvador (em construção), apresentam cláusulas restritivas que requerem a autorização prévia das instituições financeiras para a realização de operações societárias que envolvam

Nossos procedimentos de auditoria compreenderam a obtenção da documentação que dispõe sobre as condições e aprova as cisões patrimoniais, a qual compreende as atas das reuniões do Conselho de Administração da Companhia e das assembleias gerais extraordinárias da Companhia e das empresas controladoras, para as quais os acervos líquidos foram vertidos.

Obtivemos ainda os laudos de avaliação, que estabelecem o valor dos acervos líquidos cindidos nas respectivas datas e também os Protocolos e

Porque é um PAA

cisão e locação, entre outros, dos bens financiados e dados em garantia. O descumprimento de qualquer um destes requisitos implica no vencimento antecipado da dívida.

Até 31 de dezembro de 2020, data destas demonstrações financeiras, a Companhia não havia obtido a carta de anuência para realização da cisão parcial ocorrida e divulgada na Nota 1.2., o que a obrigou a reclassificar parte substancial de seus financiamentos para o passivo circulante, no montante de R\$ 173.253 mil.

Em 3 e 4 de fevereiro de 2021, foram obtidas as cartas de anuência das respectivas instituições financeiras, sem qualquer penalidade.

Tendo em vista a magnitude dos montantes envolvidos nessas transações e a relevância e complexidade de seus impactos sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Instrumentos de Justificação de Cisão Parcial da Companhia, com base no seu valor contábil patrimonial.

A partir do entendimento desses atos, avaliamos os seus impactos vis-à-vis as cláusulas contratuais contidas nos contratos de financiamento da Companhia e obtivemos cópia da documentação relativa às anuências das instituições financeiras, as quais não haviam sido obtidas até 31 de dezembro de 2020.

Os procedimentos de auditoria demonstraram que o reconhecimento e as correspondentes divulgações das cisões são consistentes com as informações e documentos apresentados, bem como os seus reflexos na apresentação e divulgação dos empréstimos e financiamentos estão consistentes com suas condições contratuais e com os termos de anuência obtidos após o encerramento das demonstrações financeiras de 2020.

Contratos de arrendamento (Notas explicativas 3.15 e 11)

Subsequentemente à reorganização dos seus ativos, a Companhia e sua sociedade controladora celebraram contratos de locação dos imóveis de três unidades operacionais e outros imóveis de uso administrativo, assistencial e laboratorial, resultando no reconhecimento, em 31 de dezembro de 2020, de um passivo de arrendamento e do correspondente direito de uso dos ativos, em conformidade com o pronunciamento CPC 6 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - Leases).

Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância do valor dos ativos primeiramente cindidos e, posteriormente, objeto de um contrato de arrendamento que resultou no reconhecimento de

Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros: (i) a leitura e o entendimento do contrato de arrendamento, visando confirmar que o mesmo contém elementos de arrendamento; (ii) a avaliação dos critérios adotados pela administração para definição do prazo contratual; (iii) a avaliação dos critérios adotados pela administração para determinação da taxa de desconto (taxa incremental de financiamento) utilizada para a mensuração do passivo de arrendamento; (iv) recálculo para verificar o valor do passivo de arrendamento e do direito de uso dos ativos reconhecidos; (v) leitura e entendimento das divulgações e atendimento as normas da Comissão de Valores Mobiliários em notas explicativas.

Hospital Mater Dei S.A.

Porque é um PAA

passivo de arrendamento e do direito de uso dos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras em montantes significativos, os quais envolvem o uso de premissas com elevado nível de julgamento (prazos de arrendamento, taxa incremental de juros de financiamento, dentre outros aspectos).

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria realizados demonstraram que os critérios e as premissas adotados pela administração no reconhecimento dos contratos de arrendamento são razoáveis e as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações obtidas em nosso processo de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Hospital Mater Dei S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Hospital Mater Dei S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 12 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Fábio Abreu de Paula
Contador CRC 1MG075204/O-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração do Hospital Mater Dei S.A. ("Companhia" ou "Mater Dei") apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e pelo IASB e que são aplicáveis às demonstrações financeiras findas de 31 de dezembro de 2020.

❖ A REDE MATER DEI DE SAÚDE

O Mater Dei é uma Rede provedora de serviços de saúde no Brasil, que fornece serviços hospitalares, ambulatoriais, laboratoriais, hotelaria, diagnóstico, entre outros. A Rede Mater Dei de Saúde possui mais de 40 anos de experiência no setor de assistência médica e construiu uma posição sólida no mercado em que atua, consolidando a sua reconhecida marca, "Mater Dei", e tornado seu nome uma referência da mais alta qualidade. Para comprovar a qualidade dos nossos serviços, o Mater Dei possui as mais reconhecidas certificações internacionais, como a JCI (Joint Commission International), em todas as unidades, ONA III (Organização Nacional de Acreditação), entre outras.

A Companhia opera a maior rede de hospitais privados do Estado de Minas Gerais, compreendendo 3 unidades hospitalares, sendo 2 localizadas na cidade de Belo Horizonte e 1 na divisa entre os municípios de Betim e Contagem. Adicionalmente, estamos construindo nossa primeira unidade hospitalar fora do Estado de Minas Gerais, localizada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, com previsão de início das operações no começo de 2022. Em 2019, as unidades operacionais acumulam uma capacidade instalada de mais de 1.000 leitos, que será acrescida de 370 leitos referente à unidade de Salvador.

A seguir, esse relatório apresentará os resultados financeiros da Rede Mater Dei de Saúde compreendido entre o ano que se inicia em 1º de janeiro de 2020 e termina em 31 de dezembro de 2020.

❖ ANÁLISE ECONÔMICA-FINANCEIRA

No exercício de 2020, a pandemia da COVID-19 resultou em incertezas macroeconômicas, volatilidade e alterações significativas no mercado, incluindo no setor da Companhia. Em resposta à pandemia da COVID-19, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da COVID-19, incluindo restrições à circulação de pessoas e medidas de distanciamento social, que até hoje continuam e podem continuar por um período significativo. A pandemia da COVID-19 também resultou em volatilidade substancial nos maiores mercados financeiros e indicadores econômicos no mundo e no Brasil, incluindo taxas de câmbio, taxas de juros e spreads de crédito.

As operações da Companhia foram impactadas principalmente pelo cancelamento de procedimentos eletivos e menor fluxo de pessoas nos hospitais desde o início da pandemia no Brasil, em meados de março de 2020. Impacto que, a partir dos meses seguintes foi se regularizando, gradativamente, com a retomada dos procedimentos eletivos e normalização do comportamento humano.

Esse comportamento da demanda e as oscilações dos serviços hospitalares, foram refletidos no resultado operacional da Companhia no exercício de 2020. Apresentamos a seguir as variações financeiras e econômicas.

❖ HIGHLIGHTS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

<i>R\$ Milhões</i>	2020	2019	Δ%
Receita líquida	717,9	732,6	-2,0%
Custos dos serviços prestados	-427,8	-397,0	7,8%
Lucro bruto	290,1	335,7	-13,6%
Resultado financeiro	-14,0	0,1	-10200,7%
Lucro líquido	72,6	138,1	-47,4%
Geração de caixa operacional	80,1	100,9	-20,7%
Dívida líquida	-28,6	-70,4	-59,4%

RECEITA LÍQUIDA

A Receita de serviços hospitalares no exercício finalizado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 717,9 milhões, uma redução de 2,0% comparado ao exercício anterior. O motivo dessa redução foi, principalmente, a pandemia causada pelo covid-19 que iniciou a afetar de forma mais significativa nossa receita a partir da última semana de março de 2020.

O cancelamento dos procedimentos eletivos, em conjunto com o receio da população em geral de manter contato próximo com indivíduos infectados pelo COVID-19, aliado às medidas de distanciamento social adotadas desde março de 2020, foram responsáveis pela redução do volume de atendimentos em nossos estabelecimentos de saúde a partir deste mês, especialmente em serviços de saúde com maior valor agregado, como as cirurgias eletivas, atendimentos de emergência e exames laboratoriais de análises clínicas e de imagem.

A recuperação do volume da receita foi observada a partir do mês de maio de 2020, com o retorno gradativo dos pacientes eletivos e dos atendimentos no pronto socorro, de forma a encerrar o último trimestre de 2020, com o volume de receita esperado para esse período.

CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os custos dos serviços prestados são compostos, principalmente, pelas contas de pessoal, materiais e medicamentos, serviços de terceiros, repasse médicos, depreciação e amortização, entre outros. No exercício finalizado em 31 de dezembro de 2020, o custo foi de R\$ 427,8 milhões, um aumento de 7,8% quando comparado ao exercício do ano anterior, principalmente em virtude da flutuação de demanda por serviços médicos durante o exercício e um desbalanceamento na relação oferta e demanda ocasionada pela pandemia do Covid-19.

A pandemia ocasionada pelo novo coronavírus trouxe um desbalanceamento na relação oferta e demanda de vários itens amplamente utilizados na operação hospitalar, causando o aumento em seus valores unitários, como, por exemplo, dos equipamentos de proteção individual, que também se tornaram ainda mais utilizados.

LUCRO BRUTO

O lucro bruto da Companhia reduziu 13,6%, ou R\$45,6 milhões, de R\$335,7 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$290,1 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A redução do lucro bruto é decorrente da redução da receita líquida e do aumento dos custos dos serviços prestados explicada na seção anterior.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro, líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020 foi negativo em R\$14,0 milhões, contra um resultado financeiro, líquido positivo em 31 de dezembro de 2019 em R\$0,1 milhões. Os principais destaques foram (i) baixa performance das aplicações financeiras de curto prazo em 2020, diante de um excelente rendimento em 2019, e (ii) aumento dos juros de empréstimos e financiamentos em decorrência de novos financiamentos e, também, suspensão de capitalização de juros do financiamento da obra de Unidade Betim-Contagem, conforme previsto nas normas contábeis.

LUCRO LÍQUIDO

Em razão dos fatores mencionados acima, sobretudo, os impactos derivados da pandemia, o lucro líquido da Companhia reduziu 47,4%, ou R\$65,5 milhões, de R\$138,1 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$72,6 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia gerou de suas operações, R\$80,1 milhões de caixa líquido, uma redução de 20,7% ou R\$20,9 milhões, em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, em que a Companhia gerou caixa líquido de R\$100,9 milhões de suas atividades operacionais. Essa variação foi decorrente principalmente pela redução do resultado operacional da Companhia causada pelos impactos da COVID-19 nas atividades operacionais da Companhia.

❖ RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Para o Mater Dei, o desenvolvimento sustentável é alcançado quando seu negócio gera valor para todos os stakeholders: pacientes, corpo clínico, operadoras, fornecedores, acionistas e colaboradores, e apoia o fortalecimento social e ambiental. O Mater Dei preza pela manutenção e melhoria da saúde em toda sua área de influência, pela segurança de seus colaboradores e comunidades vizinhas, pela responsabilidade ambiental e o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde opera, por meio de uma gestão consciente e responsável, de ações empresariais voluntárias e de parcerias intersetoriais.

O Mater Dei se compromete em desenvolver continuamente as competências de seu capital humano nas questões sociais e ambientais e envolver os seus stakeholders na construção de um cenário adequado aos seus desafios como uma instituição defensora da saúde e da vida.

A estrutura hospitalar, que oferece uma diversa gama de serviços complexos durante as 24 horas do dia, envolve atividades com potencial geração de impactos ambientais com o consumo de água, energia e a geração de efluentes líquidos e resíduos sólidos. Para mitigar os impactos, o Mater Dei possui várias iniciativas de ações que envolvem a redução dos consumos.

Como forma de evitar quaisquer impactos socioambientais, monitoramos frequentemente nossos indicadores e possuímos reuniões de análises críticas regularmente para detectar desvios de metas e direcionar a implantação de medidas corretivas e preventivas.

Os hospitais do Mater Dei geraram em 2019 aproximadamente 1469 toneladas de resíduos, sendo 267 toneladas de infectantes, perfurocortantes e químicos e 1202 toneladas de comuns.

Uma das iniciativas recentes da Rede Mater Dei que se destacou foi apresentada em 2018 no Congresso Nacional de Hospitais Privados – Conahp. Na ocasião, a Associação Nacional de Hospitais Privados - ANAHP recebeu diversos cases de hospitais de todo país, reunindo as melhores práticas alcançadas pelas instituições associadas no que tange a eficiência assistencial, operacional e de governança no Manual de Efetividade e Práticas Contra o Desperdício. O case apresentado pelo Mater Dei de Saúde acarretou a redução do consumo de água em quase 30% na Rede e a redução de energia elétrica em quase 6% na Unidade da Contorno.

Os novos empreendimentos da Rede Mater Dei de Saúde seguem os mais modernos e qualificados conceitos de sustentabilidade, como sistemas de climatização híbrida, equipamentos com o mais alto grau de eficiência em termos de consumo de energia, sistemas com reaproveitamento de água para irrigação de jardins, limpeza de estacionamento, entre outros. Não obstante, em virtude das constantes renovações tecnológicas, frequentemente investimos para aumentar nossa eficiência energética.

As diretrizes ambientais aplicam-se a todas as unidades hospitalares e áreas corporativas da Rede Mater Dei de Saúde e deverão ser cumpridos por todos os colaboradores, diretos ou indiretos. Nossa Política Ambiental, endossada pela alta gestão da companhia, documenta as principais diretrizes que sintetizam o compromisso com as questões ambientais.

❖ RECURSOS HUMANOS

A Rede Mater Dei possui mais de 3.500 colaboradores empregados nas suas unidades operacionais e administrativas. Nossa gestão de recursos humanos apoiou-se em uma série de iniciativas e programas bem sucedidos, dedicados à formação, desenvolvimento e retenção de capital humano alinhados às estratégias do negócio. Nossas práticas de remuneração e benefícios seguem as referências do mercado e estão em conformidade com a legislação brasileira.

Além de remuneração fixa, dispomos de sistema de remuneração variável, em decorrência de metas de desempenho, separados em 2 tipos: (i) Programa de Participação de Lucros e Resultados (PLR), desenvolvido a partir do planejamento estratégico, com metas coletivas setoriais que integram os desafios estratégicos de cada gestor e funcionário, e (ii) Bônus por performance dos executivos, formada a partir de um conjunto de metas alinhadas com o planejamento estratégico da empresa.

A nossa gestão de desempenho é baseada no modelo de avaliação de competências, que consiste na avaliação de aspectos técnicos e comportamentais alinhados com as nossas estratégias. As avaliações são realizadas anualmente e aplicadas a todos os nossos colaboradores, elas contemplam reuniões de feedback e ações de capacitação e desenvolvimento a fim de promover o aprimoramento do desempenho dos colaboradores, canalizando esforços para alcançar objetivos e resultados que garantam rentabilidade, sustentabilidade, competitividade e geração de valor.

❖ COVID-19

No final de 2019, a COVID-19 foi detectada pela primeira vez em Wuhan, China. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como uma pandemia em decorrência de sua disseminação global. A pandemia da COVID-19 resultou em incertezas macroeconômicas, volatilidade e alterações significativas no mercado, incluindo no setor da Companhia. Em resposta à pandemia da COVID-19, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da COVID-19, incluindo restrições à circulação de pessoas e medidas de distanciamento social, que até hoje continuam e podem continuar por um período significativo. Além disso, vários países que inicialmente conseguiram controlar a transmissão da doença estão passando por uma segunda onda de contágio, o que pode resultar em restrições adicionais às atividades econômicas e em incerteza por períodos prolongados.

As medidas adotadas por autoridades governamentais em todo o mundo, incluindo o Brasil, para estabilizar os mercados e apoiar o crescimento econômico podem não ser suficientes para controlar o aumento da volatilidade ou evitar reduções severas nas atividades econômicas. Além disso, as medidas de distanciamento social impostas por autoridades governamentais para controlar a pandemia da COVID-19 causaram redução acentuada das atividades de empresas em diversos setores com os quais a Companhia faz negócios, incluindo seus fornecedores. No Brasil, tais medidas foram aplicadas de modo geral nas esferas estadual ou municipal, e espera-se que determinado grau de restrições permaneça em vigor, com a possibilidade de retomada de restrições adicionais no futuro próximo. Essas políticas e medidas impactaram a confiança e o comportamento do consumidor e o comportamento da população em geral, bem como a demanda por produtos e serviços.

Em virtude das incertezas da população e comunidade científica relacionadas ao coronavírus, do novo comportamento humano em resposta à pandemia, das medidas de distanciamento social tomadas pelos órgãos governamentais e do cancelamento de procedimentos eletivos, tivemos um maior impacto no fluxo de pessoas no hospital logo no início da pandemia no Brasil e, portanto, na receita, principalmente em abril de 2020. Impacto que, a partir dos meses seguintes foi se regularizando, gradativamente, com a retomada dos procedimentos eletivos e normalização do comportamento humano.

Nos meses de dezembro de 2020 e janeiro de 2021, a pandemia voltou de forma bastante acentuada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, fazendo diversos hospitais na capital atingirem sua ocupação máxima. O Hospital Mater Dei, percebendo o aumento da demanda, conseguiu fazer os ajustes operacionais necessários e absorveu grande parte desse fluxo. Em nenhum momento na nossa história tivemos que fechar nossas portas devido ao aumento de fluxo de pacientes.

Como parte desses pacientes não possuem planos de saúde com operadoras credenciadas ao Mater Dei, esse foi um dos motivos pelo qual o percentual de pacientes particulares aumentou significativamente de 2019 para 2020. Tal aumento também foi fruto de uma melhor gestão dos acompanhamentos dos pacientes particulares, desde o pedido de orçamento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, 6,0% da receita do Mater Dei foi proveniente de clientes particulares, o que representa um aumento de 27,7% do valor do exercício anterior.

Medidas Adotadas em decorrência do COVID-19

Desde março de 2020, a Companhia monitora diariamente a evolução da pandemia do COVID-19 e o impacto em seus negócios, tendo desenvolvido um plano estratégico específico, com:

- (i) a criação de um comitê de gestão de crise, composto por membros do conselho de administração, diretores, superintendentes e gestores de áreas chave da Companhia;
- (ii) desenvolveu, em conjunto com uma Healthtech, uma ferramenta de predição de ocupação de leitos e utilização de recursos materiais e humanos, buscando garantir segurança assistencial e previsibilidade de custos;
- (iii) a adoção de todas as medidas necessárias para garantir a saúde e o bem-estar dos pacientes, empregados, colaboradores e todos que transitam na estrutura da Companhia. As medidas incluem a criação de fluxos e protocolos de atendimentos específicos para pacientes com sintomas de COVID-19, a segregação de alas em seus hospitais para tratamento de tais pacientes, treinamentos de capacitação e segurança, como paramentação e desparamentação dos equipamentos de proteção individuais e manuseio de pacientes infectados com o COVID-19, especialmente a médicos e profissionais de saúde não médicos;
- (iv) a elevação dos níveis de estoque de materiais e medicamentos para detecção e tratamento de pacientes com COVID-19 e de equipamentos de proteção individual;
- (v) a criação de barreiras sanitárias e redução da capacidade em locais de contato próximo, como elevadores, lanchonetes, refeitórios, entre outros;
- (vi) a divulgação periódica de medidas adotadas internamente à infraestrutura do hospital e medidas de prevenção da contaminação do COVID-19 para conhecimento e conscientização de toda a rede do Mater Dei;
- (vii) a adoção de uma plataforma de telemedicina para permitir a continuidade aos atendimentos médicos;
- (viii) aulas e treinamentos com especialistas para suporte psicológico aos colaboradores;
- (ix) o desenvolvimento de uma plataforma de comunicação por vídeo conferência para permitir pacientes internados com COVID-19 conversarem com pessoas próximas, que não podiam visitar;
- (x) criou fluxos especiais para a contratação de profissionais de saúde para a abertura de novos leitos com o objetivo de atender a demanda crescente da Covid no final do exercício de 2020;
- (xi) negociação com seus financiadores para postergação de pagamento de parcelas dos financiamentos a fim de aliviar a pressão no fluxo de caixa;
- (xii) adoção do regime de *home office* para empregados da área administrativa da Companhia; e
- (xiii) desenvolveu o painel COVID-19 que reúne data analytics e data visualization permitindo tomadas de decisões rápidas e assertivas. O painel viabiliza o monitoramento em tempo real da saúde de seus colaboradores e índices de absenteísmo possibilitando o planejamento da força de trabalho. Este painel também foi premiado no mesmo evento da CONAHP 2020 entre os 3 melhores na Categoria Gestão, por conseguir reduzir 5,5 dias em relação ao protocolo estabelecido pelo CDC e MT, não só gerando uma redução de, aproximadamente, R\$ 1 milhão até agosto/2020, mas garantido que o Mater Dei mantivesse a força de trabalho suficiente para continuar oferecendo o serviço da mais alta qualidade até mesmo durante os períodos mais críticos da pandemia.

Adicionalmente a essas medidas, a Companhia também envidou esforços em favor da sociedade, que incluíram:

- i. a disponibilização de 3 andares exclusivos no Hospital Mater Dei Betim Contagem para a implantação de 180 leitos de CTI do Hospital de Campanha do Estado para pacientes com COVID-19;
- ii. assessoria técnica em projetos de respiradores, fornecendo estrutura e conhecimento para desenvolver respiradores com dois fabricantes, AuL Tech e Tacom. O resultado deste último foi premiado no Congresso Nacional dos Hospitais Privados 2020 (CONAHP) entre os 3 melhores da Categoria Assistência;
- iii. apoiou as campanhas de compras de EPIs (equipamentos de proteção individual) do Sinduscom e do Movimento Dias Melhores atuando na negociação e compra com os fornecedores, garantindo otimização dos recursos por meio de melhores preços e qualidades;
- iv. fez uma parceria com a Vale, que disponibilizou USD 1,0 bilhão para investimentos em iniciativas de empresas e startups no combate à COVID-19. A Rede Mater Dei atuou na liderança médico-científico na definição dos desafios relevantes e critérios técnicos de avaliação das propostas;
- v. apoiou financeiramente o Movimento estímulo 2020 de Minas Gerais.

Hospital Mater Dei S.A.

Balanço patrimonial Em milhares de reais

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019		Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	121.207	123.671	Fornecedores	14	57.942	50.484
Aplicações financeiras	7	149.603	137.529	Empréstimos e financiamentos	15 e 28	239.467	33.051
Contas a receber de clientes	8	256.252	233.024	Arrendamentos	11	42.243	1.459
Estoques	9	20.109	15.642	Salários e encargos sociais		15.967	14.368
Derivativos		4.585	-	Impostos e contrib. a recolher		35.650	49.343
Outros ativos circulantes		3.514	3.194	Parcelamento de impostos	16	7.455	-
Total do ativo circulante		555.270	513.060	Dividendos a pagar	18	28.080	26.028
				Outros passivos		957	234
				Total do passivo circulante		427.761	174.967
Não Circulante				Não Circulante			
Depósitos judiciais		27.651	25.065	Empréstimos e financiamentos	15 e 28	2.772	157.740
IR e CSLL diferidos	23	49.782	12.287	Arrendamentos	11	358.437	1.812
Ativos de obras a executar	26	52.222	-	Parcelamento de impostos	16	18.073	-
Propriedades para investimento	10	-	63.772	Provisão para contingências	17	115.825	139.016
Investimentos		35	35	Total do passivo não circulante		495.107	298.568
Direito de uso	11	400.435	3.091				
Imobilizado	12	95.640	697.849	Patrimônio líquido			
Intangível	13	2.894	5.148	Capital social	18	131.837	351.045
Total do ativo não circulante		628.659	807.247	(-) Ações em tesouraria		-	(31.050)
				Ajuste de avaliação patrimonial		-	57.613
				Reservas de lucros		129.224	469.164
Total do Ativo		1.183.929	1.320.307	Total do patrimônio líquido		261.061	846.772
				Total do passivo		1.183.929	1.320.307

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Mater Dei S.A.



Demonstração de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	2020	2019
Receita de serviços hospitalares	19	717.861	732.639
Custo dos serviços prestados	20	(427.797)	(396.956)
Lucro bruto		290.064	335.683
Despesas e receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(117.126)	(116.567)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	21	(56.136)	(8.157)
		(173.262)	(124.724)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		116.802	210.959
Receitas financeiras	22	13.244	22.734
Despesas financeiras	22	(27.284)	(22.595)
Resultado financeiro líquido		(14.040)	139
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		102.762	211.098
Imposto de renda e contribuição social	23	(30.119)	(72.994)
Lucro líquido do exercício		72.643	138.104
Lucro básico por ação (em reais)		0,22	0,41
Lucro diluído por ação (em reais)		0,22	0,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Mater Dei S.A.**Demonstração do resultado abrangente**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	<u>72.643</u>	<u>138.104</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>72.643</u>	<u>138.104</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Mater Dei S.A.



Demonstração das mutações no patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Capital Social	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva para reinvestimento	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial		
Em 31 de dezembro de 2018	351.045	(31.050)	60.125	33.820	41.129	285.615	412	-	741.096
Lucro líquido do exercício (reapresentado)	-	-	-	-	-	-	-	138.104	138.104
Destinação do lucro líquido do exercício									
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 17)	-	-	-	-	-	-	-	(32.428)	(32.428)
Constituição de reserva legal	-	-	-	6.905	-	-	-	(6.905)	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	101.283	-	(101.283)	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(3.806)	-	-	-	-	3.806	-
IR/CS diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	-	1.294	-	-	-	-	(1.294)	-
Em 31 de dezembro de 2019	351.045	(31.050)	57.613	40.725	41.129	386.898	412	-	846.772
Aumento de capital	18.000	-	-	-	-	(18.000)	-	-	-
Cisão parcial – Deliberação em 31.10.2020	(1.366)	-	(4.548)	-	-	-	-	-	(5.914)
Cisão parcial – Deliberação em 31.12.2020	(235.842)	-	(50.602)	(20.000)	(139.900)	(188.431)	(412)	-	(635.187)
Alienação das ações em tesouraria	-	31.050	-	-	-	-	-	-	31.050
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(31.050)	-	-	(31.050)
Constituição da reserva para reinvestimento	-	-	-	-	98.771	(98.771)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	72.643	72.643
Destinação do lucro líquido do exercício									
Constituição de reserva legal	-	-	-	3.632	-	-	-	(3.632)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 17)	-	-	-	-	-	-	-	(17.253)	(17.253)
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-	54.221	-	(54.221)	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(3.732)	-	-	-	-	3.732	-
IR/CS diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial	-	-	1.269	-	-	-	-	(1.269)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	131.837	-	-	24.357	-	104.867	-	-	261.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fluxo de caixa provenientes das operações		
Lucro líquido do exercício	72.643	138.104
Ajustes para conciliar o superávit ao caixa líquido		
Depreciação e amortização	38.496	46.887
Perda na baixa do ativo imobilizado e intangível	2.815	1.983
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	30.875	9.531
Constituição (reversão) de provisão para glosas	14.422	1.386
Constituição (reversão) de provisão para contingências	24.350	2.863
Resultado com derivativos	(4.420)	493
Rendimentos de aplicações financeiras	(2.122)	(7.703)
Despesas financeiras líquidas	22.915	22.415
Provisão para IR e CSLL corrente e diferido	30.119	72.994
	<u>230.093</u>	<u>288.953</u>
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(68.525)	(88.638)
Estoques	(4.467)	(2.485)
Outros ativos	(320)	(2.820)
Depósitos judiciais	(2.586)	(10.609)
Fornecedores	7.458	(2.811)
Salários e encargos sociais	1.599	2.023
Impostos e contribuições a recolher	(2.276)	391
Impostos parcelados	(2.630)	-
Outros passivos	148	(438)
	<u>(71.599)</u>	<u>(105.387)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(70.455)	(65.514)
Juros pagos	(7.977)	(17.129)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>80.062</u>	<u>100.923</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(23.115)	(97.129)
Aquisição de intangíveis	(942)	(699)
Ativos de obras a executar	(52.222)	-
Aplicações financeiras realizadas, líquido de resgates	(9.952)	(17.055)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(86.231)</u>	<u>(114.883)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	54.586	45.002
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(20.369)	(31.318)
Pagamentos de arrendamentos	(2.843)	(1.180)
Liquidação de derivativos	2.579	-
Dividendos pagos	(30.248)	(47.893)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>3.705</u>	<u>(35.389)</u>
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(2.464)</u>	<u>(49.349)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	123.671	173.020
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>121.207</u>	<u>123.671</u>
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(2.464)</u>	<u>(49.349)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 Em milhares de reais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas		
Receita bruta de serviços hospitalares	770.831	780.127
Deduções da receita	(928)	(965)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(30.875)	(9.531)
Outras receitas	(1.501)	6.874
	<u>737.527</u>	<u>776.505</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(210.934)	(191.786)
Despesas gerais e administrativas	(80.094)	(80.364)
Serviços de terceiros	(32.789)	(24.812)
	<u>413.710</u>	<u>479.543</u>
Valor adicionado bruto		
Depreciação e amortização	(38.496)	(46.887)
Outras despesas operacionais	(23.164)	(4.669)
	<u>352.050</u>	<u>427.987</u>
Valor adicionado líquido produzido		
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	13.244	22.734
	<u>365.294</u>	<u>450.721</u>
Valor adicionado total a distribuir		
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Salários e ordenados	124.745	117.216
Encargos sociais	40.465	37.034
Férias e 13º salário e encargos	17.996	16.255
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	60.550	100.455
Estaduais/Municipais	21.611	19.062
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações cambiais	27.284	22.595
Dividendos	17.253	32.428
Lucros retidos do exercício	55.390	105.676
	<u>365.294</u>	<u>450.721</u>
Valor adicionado distribuído		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital Mater Dei S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

O Hospital Mater Dei S.A. (a “Mater Dei” ou “Companhia”), que tem sua sede social na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, provê serviços de saúde no Brasil, como hospitalares, ambulatoriais, laboratoriais, hotelaria, diagnóstico, oncologia, entre outros. A Rede Mater Dei de Saúde possui mais de 40 anos de experiência no setor de assistência médica e construiu uma posição sólida no mercado em que atua, consolidando a sua reconhecida marca, “Mater Dei”, e tornado seu nome uma referência da mais alta qualidade. Para comprovar a qualidade dos nossos serviços, o Mater Dei possui a certificação JCI (Joint Commission International), uma das mais reconhecidas certificações internacionais.

A Companhia opera a maior rede de hospitais privados do Estado de Minas Gerais, compreendendo 3 unidades hospitalares, sendo 2 localizadas na cidade de Belo Horizonte e 1 na divisa entre Betim e Contagem. Adicionalmente, está construindo a primeira unidade hospitalar fora do Estado de Minas Gerais, localizada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, com previsão de início das operações no começo de 2022. Em 2020, as unidades operacionais acumulam uma capacidade instalada de 1.081 leitos, que será acrescida de aproximadamente 367 leitos referente à unidade de Salvador (informação não auditada).

1.2 Cisão parcial

Em 31 de dezembro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, a cisão parcial do seu patrimônio, com o intuito de promover uma reorganização dos seus ativos, segregando certos ativos imobilizados das suas atividades operacionais e sua subsequente versão ao patrimônio da sua controladora JSS Empreendimentos e Administração Ltda (“JSS”). A transação possibilitará maximização do gerenciamento patrimonial dos aludidos ativos imobilizados. O acervo líquido contábil apresentado no quadro a seguir foi avaliado por empresa especializada independente, conforme balanço patrimonial levantado em 30 de novembro de 2020. As variações patrimoniais ocorridas entre a data do laudo e a data da cisão, foram transferidas para a sucessora.

	<u>31/12/2020</u>
Outros ativos	15.047
Total do ativo circulante	<u>15.047</u>
Propriedades para investimento Imobilizado	55.519 <u>590.713</u>
Total do ativo não circulante	<u>646.232</u>
Total do ativo	<u>661.279</u>
Impostos diferidos	<u>26.092</u>
Total do passivo não circulante	<u>26.092</u>
Total do passivo	<u>26.092</u>
Total do acervo líquido cindido	<u><u>635.187</u></u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, em 31 de outubro de 2020, os acionistas aprovaram a cisão parcial da Companhia, no valor de acervo líquido de R\$ 5.914, abaixo descrito, com a incorporação do acervo cindido pela ENS Administração de Bens Próprios Ltda., sociedade controlada pela JSS. O acervo líquido contábil foi avaliado por empresa especializada independente.

	<u>31/10/2020</u>
Propriedades para investimento	<u>8.232</u>
Total do ativo	<u>8.232</u>
Impostos diferidos	<u>2.318</u>
Total do passivo	<u>2.318</u>
Total do acervo líquido cindido	<u>5.914</u>

1.3 Impactos COVID-19

No exercício de 2020, a pandemia da COVID-19 resultou em incertezas macroeconômicas, volatilidade e alterações significativas no mercado, incluindo no setor da Companhia. Em resposta à pandemia da COVID-19, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da COVID-19, incluindo restrições à circulação de pessoas e medidas de distanciamento social, que até hoje continuam e podem continuar por um período significativo. A pandemia da COVID-19 também resultou em volatilidade substancial nos maiores mercados financeiros e indicadores econômicos no mundo e no Brasil, incluindo taxas de câmbio, taxas de juros e spreads de crédito.

As operações da Companhia foram impactadas principalmente pelo cancelamento de procedimentos eletivos e menor fluxo de pessoas nos hospitais desde o início da pandemia no Brasil, em meados de março de 2020. Impacto que, a partir dos meses seguintes foi se regularizando, gradativamente, com a retomada dos procedimentos eletivos e normalização do comportamento humano.

Adicionalmente, a pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, ocasionou um desbalanceamento na relação oferta e demanda de vários itens amplamente utilizados na operação hospitalar, causando o aumento nos valores unitários, como, por exemplo, dos equipamentos de proteção individual, que também se tornaram ainda mais utilizados internamente.

Diante do exposto, a Companhia avaliou e permanece monitorando, todos os possíveis impactos da pandemia nas estimativas e perdas de valor justo e *impairment* de seus ativos, bem como os riscos relacionados aos seus investimentos, crédito, juros, câmbio, preço de ações, cotas de fundos de investimento e arrendamentos. Entretanto, a Companhia não tem a expectativa de novos impactos relevantes relacionados à pandemia do COVID-19 ainda não reconhecidos em suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia também revisou os testes de recuperabilidade de seus ativos relevantes em 31 de dezembro de 2020, tendo em vista os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19 em seus negócios, e não identificou a necessidade de reconhecimento de perda em suas demonstrações financeiras relativas ao referido exercício social.

Hospital Mater Dei S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.4 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(a) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 10 de fevereiro de 2021.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Hospital Mater Dei S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais estão relacionados com ativos e passivos financeiros apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3 Ativos financeiros

3.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes.

3.3.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

3.3.3 Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

3.3.4 Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Hospital Mater Dei S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

3.3.5 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

3.4 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não adotada a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

3.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo valor amortizado, deduzidas das provisões para crédito de liquidação duvidosa e provisão de glosas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

3.5.1 Glosas

A Companhia está exposta a perdas devido às glosas de contas a receber. As glosas consistem em perdas de transações decorrentes de clientes do Mater Dei que questionam as contas alegando não serem devidas, parcial ou totalmente. As provisões para esses itens representam na estimativa de perdas futuras com base na experiência histórica. As provisões para glosas são registradas como redução de receita.

Historicamente, as perdas reais têm sido consistentes com as provisões estimadas. No entanto, futuras mudanças adversas em relação ao histórico de glosas podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

3.6 Estoques

Os estoques são compostos por materiais hospitalares e medicamentos e avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. Dada a natureza dos estoques da Companhia, a Administração efetua a baixa dos itens vencidos ou obsoletos.

3.7 Ativos intangíveis

(a) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de um a cinco anos.

Hospital Mater Dei S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

3.8 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, hospitais, os quais foram objeto da cisão em 31 de dezembro de 2020, conforme descrito na Nota 1.2. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, em 31 de dezembro de 2020, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	63
Aparelhos, equipamentos médico cirúrgicos e máquinas	10
Móveis, utensílios e equipamentos de informática	10
Instalações	10
Veículos	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 3.9).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.9 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

3.10 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar no circulante e não circulante são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

3.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.12 Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Hospital Mater Dei S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.14 Reconhecimento da receita

O pronunciamento CPC 48 – Receita de Contrato com o Cliente estabelece um novo modelo de cinco etapas para a contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. As receitas da Companhia decorrem da prestação de serviços hospitalares, inclusive do uso de medicamentos e materiais hospitalares. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, ou seja, no momento da prestação dos serviços médicos.

A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito, em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A aplicação da norma não impactou a mensuração e apresentação das receitas da Companhia, uma vez que as receitas de contratos com clientes já são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzidas de abatimentos, descontos, impostos e encargos correspondentes e provisão para glosas (componente variável). Isso se soma ao fato de que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação de serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da prestação dos serviços hospitalares.

A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como intermediário ou principal e, eventualmente conclui que atua como principal em todos os seus contratos de receita, porque normalmente controla os produtos ou serviços antes de transferi-los para o cliente.

Hospital Mater Dei S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Componentes de financiamento

A Companhia não prevê ter contratos nos quais haja um período longo entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos (perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

3.15 Arrendamentos

(a) Arrendamentos a pagar e direito de uso

A Companhia reconhece os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que os contratos apresentem as características que estão no alcance da isenção da norma (Nota 11).

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

A Companhia está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

(b) Arrendamentos a receber

A receita com arrendamentos operacionais, quando a Companhia atua como arrendador, é reconhecida pelo método linear como receita durante o período do arrendamento. Os custos diretos iniciais incorridos na obtenção de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo

Hospital Mater Dei S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

subjacente e reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento, na mesma base que a receita de arrendamento. Os respectivos ativos arrendados são incluídos no balanço patrimonial com base em sua natureza.

3.16 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.17 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

A Administração acredita que as normas IFRS ou interpretações IFRIC abaixo, que ainda não entraram em vigor, não terão impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reforma da IBOR/LIBOR - IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7	Reforma do <i>benchmark</i> da taxa de juros (Fase 1) IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 and IFRS16 – Reforma do <i>benchmark</i> da taxa de juros (Fase 2).
IFRS 17	Contratos de Seguros
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS 2018-2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos e IAS 41 - Agricultura

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (*impairment*) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

Hospital Mater Dei S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Glosas de contas a receber

Os saldos de contas a receber contêm componente variável relacionado às glosas, que decorrem de questionamentos por parte de clientes em relação às contas hospitalares, alegando não serem devidas, parcial ou totalmente. As provisões de glosas são reconhecidas com base na experiência histórica, o que envolve o exercício de certo grau de julgamento para estabelecer o prazo após o qual as tratativas de negociação tornam a recuperação dos mesmos improvável.

(c) Provisão para contingências

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, bem como possui outros riscos contingentes. As provisões constituídas representam perdas prováveis com base na avaliação da probabilidade de perda realizada pela administração, a qual inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião de seus consultores jurídicos externos. O desfecho desses processos poderá divergir dos prognósticos esperados considerados pela administração.

(d) Taxa incremental do arrendamento

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A taxa incremental sobre o arrendamento é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental do arrendamento.

4.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

(a) Reconhecimento de receita de serviços hospitalares

A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito, em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. O valor da receita leva em conta a dedução dos abatimentos, descontos e impostos correspondentes, mas sobretudo a estimativa de glosas, que são comuns na prestação dos serviços hospitalares.

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos (*swap* cambial para fins de hedge de fluxo de caixa) para proteger exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela Diretoria da Companhia. A Diretoria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

Hospital Mater Dei S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As descrições a seguir resumizam a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

(i) Risco cambial

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos em que está exposta ao risco cambial, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

(ii) Risco de taxa de juros

O principal risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo com taxas variáveis, expondo a Companhia ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros.

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia atua apenas com bancos e outras instituições financeiras de primeira linha, classificadas com *rating* mínimo “A” na escala de *Standard and Poor’s*. A Diretoria avalia, de forma frequente, a qualidade do crédito dos clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. No caso de constatação de risco iminente de não realização desses ativos, a Companhia reconhece uma provisão para apresentá-los a seu valor recuperável líquido.

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência de clientes superior ao valor já provisionado.

Impairment de ativos financeiros

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- . contas a receber de clientes decorrentes de serviços hospitalares; e
- . ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do IFRS 9/CPC 48, a perda por *impairment* identificada nesses ativos foi imaterial.

Contas a receber de clientes e ativos de contratos

Parcela significativa da receita operacional bruta da Companhia decorre de pagamentos feitos por companhias operadoras, seguradoras, autogestões e administradoras de planos de saúde. No exercício

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

encerrado em 31 de dezembro de 2020, os cinco maiores clientes da Companhia (administradoras de planos privados de saúde) responderam por aproximadamente 57,0% da receita operacional líquida da Companhia.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes e os ativos de contratos foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Os ativos de contratos se relacionam a atendimentos em andamento que não foram faturados e possuem essencialmente as mesmas características de riscos das contas a receber de clientes para os mesmos tipos de contratos. Portanto, a Companhia concluiu que as taxas de perdas esperadas para as contas a receber de clientes representam uma aproximação razoável das taxas de perda para os ativos de contratos.

Para fins de cálculo de provisionamento a Companhia segrega seu contas a receber de clientes em (i) recursos de glosa, que são os itens em que os clientes do Mater Dei questionam as contas alegando não serem devidas, parcial ou totalmente, e (ii) recebíveis de clientes, que são créditos dos clientes provenientes dos serviços médicos prestados aos pacientes.

Como critério para o cálculo do montante a provisionar de glosas, a Companhia separa (i) os clientes com os quais possui acordos em andamento para recuperação das glosas e (ii) os clientes sem acordos em andamento. Para o primeiro caso, a Companhia analisa cada acordo e cada cliente individualmente e estima um percentual de recuperação baseado nas negociações e no histórico de recuperação por cliente. Para os clientes que se encaixam no segundo caso, a Companhia analisa de forma recorrente a performance de títulos vencidos em todas as faixas do aging, com os dados históricos demonstrando como prazo suficiente para inviabilizar a possibilidade de recuperação, as glosas vencidas há mais de 180 dias.

Como critério para provisionamento de créditos de liquidação duvidosa são feitas análises com dados históricos os quais são monitorados para definição de critério para provisionamento. As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes e ativos de contratos são apresentadas como perdas por *impairment* líquidas, na receita líquida. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

(iv) Risco de liquidez

A Diretoria monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia e o cumprimento de cláusulas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>	<u>Acima de cinco anos</u>
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	57.942			
Empréstimos e financiamentos (a)	239.850	2.949		
Arrendamentos	44.358	43.019	123.429	1.028.579
Parcelamento de impostos	7.455	10.478	7.595	
Dividendos a pagar	28.080			
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	50.484			
Empréstimos e financiamentos	35.432	116.184	43.012	54.765
Arrendamentos	1.804	1.954		
Dividendos a pagar	26.028			

(a) Financiamentos do BNDES e BNB apresentados no passivo circulante, conforme comentado no item (i) da Nota 5.2 – Gestão de capital. O impacto na liquidez da Companhia foi remediado pela obtenção de waivers dos bancos.

(v) Análise de sensibilidade

Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio, foi utilizada a cotação do dólar de R\$5,00 para o cenário provável (cenário base), conforme estimativa de cotação para 31 de dezembro de 2021, divulgada pelo Boletim Focus emitido pelo Banco Central do Brasil. Os cenários possível e remoto foram calculados com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco sobre o cenário base, que no caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar.

(i) Exposição cambial

	<u>Em 31 de dezembro 2020</u>			
	<u>Valor contábil</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>+ 25%</u>	<u>+ 50%</u>
<i>Variação da dívida</i>				
Empréstimo em dólar	13.150	12.652	15.815	18.978
<i>Variação do instrumento financeiro derivativo (posição ativa)</i>				
Dólar	(13.715)	(13.196)	(16.495)	(19.794)
Exposição líquida	<u>(565)</u>	<u>(544)</u>	<u>(680)</u>	<u>(816)</u>
Efeito líquido de var. cambial -ganho (perda)	-	21	(136)	(272)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Em 31 de dezembro 2019			
	Valor contábil	Cenário provável	+ 25%	+ 50%
<i>Variação da dívida</i>				
Empréstimo em dólar	18.174	18.396	22.995	27.594
<i>Variação do instrumento financeiro derivativo (posição ativa)</i>				
Dólar	(19.601)	(19.841)	(24.801)	(29.761)
Exposição líquida	(1.427)	(1.445)	(1.806)	(2.167)
Efeito líquido de var. cambial - ganho (perda)	-	(17)	(361)	(722)

(ii) Exposição da taxa de juros

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como CDI, TJLP e IPCA entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário base), segundo avaliação efetuada pela Administração.

Para a realização da análise de sensibilidade foram utilizados como premissa de estimativas para o cenário provável, os indicadores macroeconômicos estimados para 31 de dezembro de 2021, conforme Boletim Focus emitido pelo Banco Central do Brasil. Para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, a Companhia estima no cenário provável as taxas anuais TJLP em 4,39%, o CDI em 4,5% e IPCA em 4,91%. O “Cenário possível” contempla um aumento de 25% nas taxas em questão e o “Cenário remoto” um aumento de 50%.

	31 de dezembro de 2019			
	Valor contábil	Cenário provável	+ 25%	+ 50%
<i>Variação da dívida</i>				
Empréstimo em TJLP	158.038	156.995	158.922	160.849
Empréstimo em IPCA	-	-	-	-
<i>Variação do instrumento financeiro derivativo (posição passiva)</i>				
CDI	16.863	16.617	16.804	16.991
	174.901	173.612	175.726	177.840
<i>Variação das aplicações financeiras</i>				
CDI	(121.487)	(119.713)	(121.060)	(122.407)
Exposição líquida	53.414	53.898	54.666	55.433
Variação da TJLP	-	(1.043)	1.927	3.854
Variação do IPCA	-	-	-	-
Variação do CDI	-	1.527	(1.160)	(2.320)
Efeito da exposição no resultado (Ganho) perda	-	484	767	1.534

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Em 31 de dezembro 2020			
	Valor contábil	Cenário provável	+ 25%	+ 50%
<i>Variação da dívida</i>				
Empréstimo em TJLP	153.343	153.097	154.778	156.458
Empréstimo em IPCA	56.093	55.538	55.999	56.460
<i>Variação do instrumento financeiro derivativo (posição passiva)</i>				
CDI	9.131	9.154	9.222	9.291
	<u>218.567</u>	<u>217.789</u>	<u>219.999</u>	<u>222.209</u>
<i>Variação das aplicações financeiras</i>				
CDI	(120.826)	(121.128)	(122.036)	(122.945)
Exposição líquida	<u>97.741</u>	<u>96.661</u>	<u>97.963</u>	<u>99.264</u>
Variação da TJLP	-	(245)	1.680	3.360
Variação do IPCA	-	(555)	461	922
Variação do CDI	-	(279)	(840)	(1.680)
Efeito da exposição no resultado (ganho) perda	-	<u>(1.079)</u>	<u>1.301</u>	<u>2.602</u>

(vi) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos de proteção cambial - Swap foram contratados para proteger o risco cambial dos empréstimos concedidos pelo Banco Santander, através da linha externa 4131.

	<u>31/12/2020</u>
Ativo	
Contrato de Swap	4.585
Total	<u>4.585</u>

A movimentação dos instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	2.744
Ganho - Resultado	5.989
Perda - Resultado	(1.569)
Recebimento	<u>(2.579)</u>
Saldo final	<u>4.585</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Exposição ativa e passiva:

Operação	Indexação	Tipo de Hedge	Saldo ativo/ (passivo)	Ganho (perda)
Empréstimo - 4131	USD + Spread	Fluxo de caixa	13.150	4.420
Banco - 4131	CDI - Spread	Fluxo de caixa	(8.565)	
			<u>4.585</u>	<u>4.420</u>

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 podem ser assim sumariados:

	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	242.239	190.791
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(121.207)	(123.671)
(-) Aplicações financeiras	(149.603)	(137.529)
Dívida líquida	<u>(28.571)</u>	<u>(70.409)</u>
Total do patrimônio líquido	<u>261.061</u>	<u>846.772</u>
	<u>232.490</u>	<u>776.363</u>
Índice de alavancagem financeira - %	(9,13)	(8,3)

A Companhia possui posição de caixa líquido de dívida positiva, o que a coloca em uma condição de nível de alavancagem confortável.

(i) Transações que não afetaram o fluxo de caixa

A Companhia realizou transações que não geraram efeitos de caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020	2019
Aquisição de propriedades para investimento	575	-
Cisão parcial do ativo imobilizado	590.713	-
Cisão parcial de propriedades para investimento	63.751	-
Cisão parcial dos impostos diferidos	26.092	-
Cisão parcial de outros ativos	15.047	-
Contratos de arrendamento celebrados	400.252	4.451
Alienação de ações em tesouraria, compensação com dividendos	31.050	-
Dividendos mínimos obrigatórios provisionados	17.253	32.428
	1.144.733	36.879

(ii) Cláusulas contratuais restritivas - covenants

Os contratos de financiamentos com as instituições financeiras BNDES e BNB, que foram firmados para a construção das Unidades Hospitalares Betim/Contagem e Contorno e da nova Unidade Salvador (em construção), possuem cláusulas restritivas quanto a (i) realização de operações societárias que envolvem cisão, fusão ou incorporação da Companhia, e (ii) locar, ceder, vender, transferir, onerar, gravar ou constituir qualquer ônus sob qualquer título os bens adquiridos por força do Projeto ora financiado e/ou dados em garantia, sem permissão prévia por parte dos bancos, sob pena de vencimento antecipado da dívida.

Até 31 de dezembro de 2020, data destas demonstrações financeiras, a Companhia não tinha obtido a carta resposta permissória para a realização da cisão parcial realizada e comentada na Nota 1.2., o que a obrigou a apresentar o saldo das dívidas correspondentes no passivo circulante no montante de R\$ 173.253.

No entanto, conforme detalhado na Nota 28 – Eventos Subsequentes, a Companhia obteve as referidas cartas em 3 e 4 de fevereiro de 2021, nas quais isentam o vencimento antecipado dos contratos de financiamento pela operação de cisão. Como resultado, a partir da data de obtenção as cartas resposta permissórias, a Companhia apresenta os financiamentos conforme cronograma de vencimento original dos contratos.

5.3 Estimativa do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nos métodos de avaliação.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

. Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não efetuou transferências entre ativos e passivos financeiros, bem como não houve transferências, entre níveis hierárquicos. As aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos da Companhia estão detalhadas nas Notas 7 e 15 respectivamente e são classificados de acordo com o nível 2 – preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos.

	2020	2019
Ativo		
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	121.207	123.671
Contas a receber de clientes	256.252	233.024
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Derivativos – <i>swap</i> de taxa de câmbio	4.585	2.744
Aplicações financeiras	149.603	137.529
Total do ativo	531.647	496.968
Passivo		
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Fornecedores	57.942	50.484
Impostos e contribuições a recolher	43.759	49.343
Parcelamento de impostos	25.528	-
Dividendos a pagar	28.080	26.028
Empréstimos e financiamentos	242.239	193.529
Passivos de arrendamento	400.680	3.271
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Derivativos – <i>swap</i> de taxa de câmbio	-	(2.738)
Total do passivo	798.228	319.917

6 Apresentação de informações por segmentos

A Companhia opera apenas um segmento, denominado “hospitalar”. A análise do segmento hospitalar contempla informações desagregadas por hospital sem que os mesmos se constituam em segmentos operacionais distintos. Essa análise é realizada pela Diretoria Executiva e o Conselho de Administração que são os tomadores de decisões operacionais da Companhia.

A Companhia não possui receitas oriundas de clientes fora do território nacional. Os sete principais clientes da Companhia respondem por aproximadamente 65% das receitas de serviços prestados.

Hospital Mater Dei S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos	381	2.184
Certificado de Depósito Bancário	<u>120.826</u>	<u>121.487</u>
	<u>121.207</u>	<u>123.671</u>

As aplicações financeiras, classificadas como equivalentes de caixa, referem-se substancialmente a aplicações em Certificados de Depósito Bancário com liquidez imediata.

(b) Aplicações financeiras

A Companhia detém aplicações financeiras em fundo com liquidez diária, mas cuja composição não se qualifica como equivalente de caixa, conforme apresentado:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Banco Santander – Fundo Sant’Anna	146.795	121.375
Banco Bradesco – CDI	-	16.154
Banco do Nordeste – CDI	<u>2.808</u>	<u>-</u>
	<u>149.603</u>	<u>137.529</u>

O objetivo do Fundo Exclusivo Sant’Anna é propiciar a valorização de suas cotas mediante a aplicação dos recursos dos cotistas, em ativos financeiros com grau de investimento como títulos públicos e ativos de crédito privado de alta liquidez e baixo risco. O fundo busca retorno de longo prazo, superior ao CDI e possui liquidez diária.

8 Contas a receber de clientes

Apresentamos a seguir o saldo do contas a receber de clientes e os respectivos saldo de provisões para perdas:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Particulares	25.386	15.828
Convênios e seguradoras	305.384	249.822
Ativo de contrato		
Receitas a faturar	<u>26.950</u>	<u>23.545</u>
	<u>357.720</u>	<u>289.195</u>
Provisão para glosas	(54.955)	(40.533)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(46.513)</u>	<u>(15.638)</u>
	<u>(101.468)</u>	<u>(56.171)</u>
	<u>256.252</u>	<u>233.024</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores contábeis se aproximam dos valores justos das contas a receber de clientes e demais contas a receber. O aging do contas a receber em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é composto da seguinte forma:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
A vencer	147.822	142.429
Até 30 dias	37.223	26.484
Vencidos de 31 até 180 dias	49.690	40.481
Vencidos de 181 a 360 dias	31.300	31.389
Vencidos a mais de 360 dias em atraso	91.685	48.412
	<u>357.720</u>	<u>289.195</u>

A movimentação da provisão para glosas pode ser assim apresentada:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	(40.533)	(39.147)
Adições	(15.630)	(8.870)
Reversões	1.208	7.484
Saldo final	<u>(54.955)</u>	<u>(40.533)</u>

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa pode ser assim apresentada:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	(15.638)	(10.996)
Adições	(30.875)	(8.115)
Reversões	-	3.473
Saldo final	<u>(46.513)</u>	<u>(15.638)</u>

9 Estoques

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Drogas e medicamentos	8.905	7.108
Órteses, próteses e materiais especiais	2.867	2.622
Materiais médico-hospitalares	3.296	2.681
Material em poder de terceiros	652	518
Outros estoques	4.389	2.713
	<u>20.109</u>	<u>15.642</u>

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo com Materiais e Medicamentos" totalizou R\$ 194.275 (2019 - R\$ 178.968) conforme apresentado na Nota 20.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Propriedades para investimento

Conforme comentado no contexto operacional, a Companhia realizou a cisão parcial do patrimônio, vertendo a totalidade das propriedades para investimento para a controladora JSS. Apresentamos a seguir a movimentação, refletindo esta operação societária:

	2020	2019
Imóveis para renda		
Av. Bias Fortes	-	17.600
Lojas Ed. Estrada Real	-	2.900
Garagens Ed. Estrada Real	-	270
(-) Depreciação acumulada	-	(10.112)
	-	10.658
Terrenos		
BR 135 KM 432	-	22.644
Betim	-	20.745
Rua Alvarenga Peixoto, 1240	-	3.600
Rua Alvarenga Peixoto, 1194	-	1.800
Outros	-	4.325
	-	53.114
	-	63.772

As movimentações podem se assim apresentadas:

	2018 (Reapresentado)	Adições	2019
Imóveis para renda			
Custo	20.770	-	20.770
Depreciação	(9.282)	(830)	(10.112)
	<u>11.488</u>	<u>(830)</u>	<u>10.658</u>
Terrenos	<u>53.114</u>		<u>53.114</u>
	<u>64.602</u>	<u>(830)</u>	<u>63.772</u>

Hospital Mater Dei S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Cisão</u>	<u>2020</u>
Imóveis para renda				
Custo	20.770	575	(21.345)	-
Depreciação	(10.112)	(596)	10.708	-
	<u>10.658</u>	<u>(21)</u>	<u>(10.637)</u>	<u>-</u>
Terrenos	53.114	-	(53.114)	-
	<u>63.772</u>	<u>(21)</u>	<u>(63.751)</u>	<u>-</u>

11 Arrendamentos

A Companhia e a JSS celebraram em 31 de dezembro de 2020, contratos de locação dos imóveis das três unidades operacionais (Hospital Mater Dei Santo Agostinho, Hospital Mater Dei Contorno e Hospital Mater Dei Betim Contagem) e outros imóveis de uso administrativo, assistencial e laboratorial.

Os contratos têm duração de 30 anos, com possibilidade de renovação. Para os três imóveis das unidades operacionais o valor do aluguel anual será de R\$ 40.000. Ademais, será cobrado o valor anual de R\$ 1.143 referentes aos imóveis onde trabalham parte da equipe administrativa. Os valores dos aluguéis estão sujeitos ao reajuste pela variação do IPCA, com a possibilidade de revisão dos preços a cada 5 anos para permitir ajuste à evolução dos preços praticados no mercado. O contrato também prevê o aluguel da Unidade Salvador e do Centro Médico Salvador, quando da conclusão das obras (Nota 26).

Os imóveis objeto dos contratos de arrendamento estão dados em garantia aos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia com o Bradesco e o BNB no montante de R\$ 229.089 em 31 de dezembro de 2020 (2019 – R\$ 175.361).

(a) Direito de uso

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativos de direito de uso		
Equipamentos de informática	4.845	3.091
Locação de imóveis	395.590	-
	<u>400.435</u>	<u>3.091</u>

Hospital Mater Dei S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro:

Em 1 de janeiro de 2019	-
Adição – Leasing de equipamento	4.451
Amortização	<u>(1.360)</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>3.091</u>
Em 1 de janeiro de 2020	3.091
Adição – Leasing de equipamento	4.662
Adição – Contrato de locação	395.590
Amortização	<u>(2.908)</u>
Em 31 de dezembro de 2020	<u>400.435</u>

(b) Passivo de arrendamentos

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Menos de 1 ano	44.421	1.804
Entre 2 e 3 anos	44.556	1.954
Entre 3 e 5 anos	125.323	-
Mais de 5 anos	<u>1.028.578</u>	<u>-</u>
Valores não descontados	<u>1.242.878</u>	<u>3.758</u>
Juros embutidos	<u>(802.198)</u>	<u>(487)</u>
Total do passivo	<u>440.680</u>	<u>3.271</u>
Circulante	42.243	1.459
Não circulante	358.437	1.812

Movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro:

Em 1 de janeiro de 2019	-
Juros provisionados	(473)
Juros pagos	473
Adição por novos contratos	4.451
Pagamentos	<u>(1.180)</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u>3.271</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 1 de janeiro de 2020	3.271
Adição – Leasing de equipamento	4.662
Adição – Contrato de locação	395.590
Juros provisionados	428
Juros pagos	(428)
Pagamentos	<u>(2.843)</u>
Em 31 de dezembro de 2020	<u><u>400.680</u></u>

(c) Estimativa das taxas de desconto

(i) Equipamentos de informática

A Companhia estimou as taxas de desconto em 1,1% a.a., com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida do Companhia.

(ii) Locação de imóveis

A Companhia estimou a taxa de desconto em 10,31% a.a. para os contratos de locação de imóveis, utilizando como premissa, a taxa de juros de financiamentos para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

Informações adicionais

Conforme orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº02/2019, visando atender aos investidores, apresentamos os saldos comparativos com aplicação da inflação projetada e divulgada no Boletim Focus do Banco Central do Brasil, sobre o fluxo de pagamentos do passivo de arrendamento, com impacto no ativo de direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Sem inflação	Com inflação	Sem inflação	Com inflação
Direito de uso líquido	400.435	550.448	3.091	3.032
Passivo de arrendamento	400.680	550.689	3.271	3.291
Despesa de amortização	2.908	3.108	1.360	1.419
Despesa financeira	428	462	473	493

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imobilizado

O saldo do ativo imobilizado é como segue:

	31/12/2020			31/12/2019
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	-	-	93.983
Edificações	-	-	-	386.378
	143.996	(70.269)		79.394
Equipamentos e aparelhos hospitalares			73.727	
Móveis, utensílios e informática	35.434	(16.952)	18.482	43.919
Instalações	-	-	-	45.656
Obras em andamento (b)	2.610	-	2.610	42.544
Outros	1.070	(249)	821	5.975
	<u>183.110</u>	<u>(87.470)</u>	<u>95.640</u>	<u>697.849</u>
	31/12/2019			31/12/2018
	Custo	Depreciação Acumulada	valor líquido	Valor líquido
Terrenos	93.983	-	93.983	89.483
Edificações	495.038	(108.660)	386.378	273.799
Equipamentos e aparelhos hospitalares	153.204	(73.810)	79.394	69.943
Móveis, utensílios e informática	73.289	(29.370)	43.919	43.493
Instalações	66.843	(21.187)	45.656	50.485
Obras em andamento (b)	42.544	-	42.544	104.612
Outros	6.238	(263)	5.975	13.440
	<u>931.139</u>	<u>(233.290)</u>	<u>697.849</u>	<u>645.255</u>

A seguir apresentamos a movimentação do ativo mobilizado:

	31/12/2019	Aquisições	Baixas	Transferência	Depreciação	Cisão (a)	31/12/2020
Terrenos	93.983	-	-	-	-	(93.983)	-
Edificações	386.378	12.265	-	(67)	(7.829)	(390.747)	-
Equipamentos e aparelhos hospitalares	79.394	6.404	(1.054)	1.714	(12.731)	-	73.727
Móveis, utensílios e informática	43.919	1.914	(739)	850	(6.170)	(21.292)	18.482
Instalações	45.656	13	(163)	(1.286)	(6.339)	(37.881)	-
Obras em andamento (b)	42.544	2.512	-	4.364	-	(46.810)	2.610
Outros	5.975	7	(859)	(4.302)	-	-	821
	<u>697.849</u>	<u>23.115</u>	<u>(2.815)</u>	<u>1.273</u>	<u>(33.069)</u>	<u>(590.713)</u>	<u>95.640</u>
	31/12/2018	Aquisições	Baixas	Transferência	Depreciação	31/12/2019	
Terrenos	89.483	4.500	-	-	-	-	93.983
Edificações	273.799	22.832	-	107.992	(18.245)		386.378
Equipamentos e aparelhos hospitalares	69.943	21.195	-	1.003	(12.747)		79.394
Móveis, utensílios e informática	43.493	8.491	-	(739)	(7.326)		43.919
Instalações	50.485	1.366	-	-	(6.195)		45.656
Obras em andamento (a)	104.612	35.549	(22)	(97.595)	-		42.544
Outros	13.440	3.196	-	(10.661)	-		5.975
	<u>645.255</u>	<u>97.129</u>	<u>(1.362)</u>	<u>-</u>	<u>(44.513)</u>		<u>697.849</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) A Companhia realizou a cisão parcial do patrimônio líquido vertendo para a sua controladora JSS as edificações das três unidades operacionais (Hospital Mater Dei Santo Agostinho, Hospital Mater Dei Contorno e Hospital Mater Dei Betim Contagem) e suas respectivas instalações e benfeitorias. Adicionalmente, foram cindidos terrenos e outros imóveis de uso administrativo, assistencial e laboratorial. As máquinas, equipamentos hospitalares, móveis, utensílios e equipamentos de informática não foram cindidos.

A cisão também ocorreu com os imóveis de Salvador, relativos ao Hospital Mater Dei Salvador e ao Centro Médico Mater Dei, que estão em construção. A Companhia continuará responsável pela construção destes imóveis e receberá uma contrapartida correspondente da JSS para reembolso dos custos da obra, que tem previsão de inauguração no 1º semestre de 2022, conforme detalhado na Nota 26.

- (b) A movimentação de Obras em Andamento refere-se basicamente às obras das unidades de Betim-MG e Salvador-BA sendo o valor de Betim-MG foi transferido para imóveis e edificações no exercício de 2019. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo dos adiantamentos a fornecedores para a execução das obras da Unidade Hospitalar e do Centro Médico, foram reclassificados para rubrica “Adiantamento a fornecedores”. As obras serão executadas pela Companhia e reembolsadas pela JSS (Nota 26). No exercício de 2020 a Companhia captou o montante de R\$ 54.586 que está sendo empregado na construção da referida unidade.

13 Intangível

A seguir apresentamos a movimentação dos ativos intangíveis:

	<u>31/12/2019</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2020</u>
Direito de uso de software	5.148	942	-	(1.273)	(1.923)	2.894
	<u>5.148</u>	<u>942</u>	<u>-</u>	<u>(1.273)</u>	<u>(1.923)</u>	<u>2.894</u>
	<u>31/12/2018</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2019</u>
Direito de uso de software	6.593	699	(12)	-	(2.132)	5.148
	<u>6.593</u>	<u>699</u>	<u>(12)</u>	<u>-</u>	<u>(2.132)</u>	<u>5.148</u>

14 Fornecedores

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Órteses, próteses e materiais especiais	22.537	24.249
Drogas e medicamentos	18.065	14.109
Material médico e hospitalar	4.374	2.886
Bens de natureza permanente	393	177
Material diagnóstico	1.126	797
Gêneros alimentícios	1.957	1.693
Prestação de serviços	3.416	2.854
Outros fornecedores	6.074	3.719
	<u>57.942</u>	<u>50.484</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Empréstimos e financiamentos

<u>Instituição</u>	<u>Taxa a.a.</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
BNDES - Pós-fixados (i)	TJLP + 2,70% a 4,10%	153.343	158.038
BNDES - Pré-fixados (i)	6,62% a 9,37%	19.653	17.323
Santander (ii)	7,5% a 8,5% US\$	13.150	15.430
Banco do Nordeste (iii)	IPCA + 1,21%	56.093	-
		<u>242.239</u>	<u>190.791</u>
Circulante		239.467	33.051
Não circulante		2.772	157.740

- (i) A Companhia possui contratos de financiamentos contraídos para construção das unidades Hospital Mater Dei Contorno e Hospital Mater Dei Betim/Contagem, ambas em operação. Os financiamentos possuem vencimentos entre 2022 e 2027. O BNDES, no período de março a setembro de 2020, por conta da pandemia do COVID-19, prorrogou os pagamentos dos juros previstos, os quais foram incorporados ao capital da dívida.
- (ii) Os financiamentos e empréstimos junto ao Banco Santander são em moeda estrangeira dólar americano, na modalidade 4131, e foram contratados para aquisições de equipamentos hospitalares e capital giro para operação do hospital. Para estas operações, a Companhia contratou instrumento derivativo SWAP de proteção da exposição cambial (Nota 5).
- (iii) A Companhia contratou o financiamento junto ao Banco do Nordeste (“BNB”) para a construção da nova unidade na cidade de Salvador. Este financiamento possui uma linha de crédito de R\$ 392.303, o qual será desembolsado de acordo com a evolução das obras. Em 2020, foram liberados para a Companhia R\$ 54.586. O pagamento do principal será realizado em 10 anos, com o primeiro vencimento em 2024 e o pagamento dos juros será trimestral. O BNB, no período de março a setembro de 2020, por conta da pandemia do COVID-19, prorrogou os pagamentos dos juros previstos, os quais foram incorporados ao capital da dívida.

O vencimento dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020 está impactado pela não obtenção, até a data das demonstrações financeiras, das cartas resposta permissórias dos bancos BNDES e BNB para a realização da cisão parcial do ativos garantidores dos financiamentos. Isto posto, os saldos foram reclassificados para o passivo não circulante (Nota 5.2).

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Menos de um ano	239.468	33.051
Dois e três anos	2.771	79.555
Quatro e cinco anos	-	31.274
Acima de cinco anos	-	46.911
	<u>242.239</u>	<u>190.791</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos não circulantes são os seguintes:

	Valor contábil		Valor justo	
	2020	2019	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	242.239	190.791	242.239	190.791
	<u>242.239</u>	<u>190.791</u>	<u>242.239</u>	<u>190.791</u>

O valor justo dos empréstimos é substancialmente equivalente ao seu valor contábil, uma vez que a maior parte do endividamento se trata de contratos pós-fixados em linhas de créditos específicas com o BNDES, para as quais não identificamos variações relevantes nas taxas de juros atualmente praticadas. Em relação às demais dívidas pré-fixadas, os montantes contratados não são significativos e, portanto, não teríamos efeitos relevantes sobre a posição de endividamento consolidado.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nas seguintes moedas:

	2020	2019
Reais	229.089	175.361
Dólares americanos	13.150	15.430
	<u>242.239</u>	<u>190.791</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos ocorreram da seguinte forma:

	2020	2019
Saldo inicial	190.791	175.509
Captação	54.586	45.002
Derivativos	2.744	-
Juros passivos	16.462	17.458
Varição cambial e monetária	5.574	1.269
Pagamento de principal	(20.369)	(31.318)
Pagamento de juros	(7.549)	(17.129)
Saldo final	<u>242.239</u>	<u>190.791</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Parcelamento de impostos

Os parcelamentos de impostos realizados pela Companhia:

<u>Impostos e contribuições parcelados</u>	<u>2020</u>
COFINS (i)	18.067
PIS (i)	3.915
ISSQN (ii)	<u>3.546</u>
	<u>25.528</u>
Circulante	7.455
Não circulante	18.073

(i) refere-se ao parcelamento de PIS e COFINS relativo ao questionamento do não recolhimento sobre o uso de medicamentos nas dependências do Hospital. O parcelamento foi firmado em 30 de setembro de 2020 a ser liquidado em 60 parcelas, com atualização pela SELIC.

(ii) refere-se a parcelamento do ISSQN a ser liquidado em 60 parcelas, com atualização pela IPCA-E.

Apresentamos a seguir a movimentação ocorrida:

Adição	27.708
Juros provisionados	450
Pagamentos	<u>(2.630)</u>
	<u>25.528</u>

O cronograma de pagamento dos saldos de parcelamentos em 31 de dezembro de 2020 e os respectivos valores nominais são como segue:

2021	7.455
2022	5.682
2023	4.796
2024	4.796
Após 2024	<u>2.799</u>
Total	<u>25.528</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Provisão para contingências

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas e previdenciários</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>22.720</u>	<u>60.933</u>	<u>48.812</u>	<u>132.465</u>
(reapresentado)				
Adições e atualizações monetárias	10.716	22.524	5.532	38.772
Baixas e reversões	(971)	(30.340)	(910)	(32.221)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>32.465</u>	<u>53.117</u>	<u>53.434</u>	<u>139.016</u>
Adições e atualizações monetárias	4.776	29.805	-	34.581
Baixas e reversões	(4.653)	(7.212)	(45.122)	(56.987)
Pagamentos	(55)	(730)	-	(785)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>32.533</u>	<u>74.980</u>	<u>8.312</u>	<u>115.825</u>

(a) Trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas e previdenciários e tributários, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos. O encargo de provisão é reconhecido no resultado em "Outras receitas e despesas operacionais".

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- **Ações cíveis:** as principais causas estão relacionadas a ações judiciais movidas por clientes questionando procedimentos médicos realizados por médicos nas dependências do Hospital. Para eventuais processos, há depósitos judiciais vinculados no valor de R\$ 4.553.
- **Contingências trabalhistas e previdenciárias:** correspondem, majoritariamente, a alegações da Receita Federal do Brasil de vínculo trabalhista de profissionais médicos que prestam serviços nas dependências dos hospitais da Companhia por meio de pessoas jurídicas. Sendo assim, a Receita Federal do Brasil emitiu notificações exigindo o recolhimento de encargos trabalhistas. A Companhia está atualmente contestando tais alegações. Adicionalmente ao valor provisionado citado, a Companhia mantém provisão para reclamações trabalhistas de outras naturezas. Para eventuais processos, há depósitos judiciais vinculados no valor de R\$ 9.949.
- **Contingências tributárias:** A Companhia identificou riscos relativos a tratamentos tributários na esfera federal relativos ao PIS/COFINS e imposto de renda e contribuição social. A administração entende que possui provisões suficientes para cobrir eventuais perdas. Em outubro de 2020, a Companhia homologou o parcelamento infração da Receita Federal do Brasil relativo ao questionamento do não recolhimento sobre o uso de medicamentos nas dependências do Hospital, logo reverteu a provisão no valor de R\$24.329 e reconheceu a dívida do parcelamento (Nota 16).

(b) Provisões possíveis

A Companhia tem ações de naturezas tributária, trabalhistas e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. Com relação aos processos tributários, a Companhia questiona na justiça o não recolhimento do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras e, também, a exclusão do ISSQN na base do PIS e da COFINS sobre a receita de serviços. Para estes processos, a Companhia realiza os pagamentos via depósito judicial, cujo saldo em 31 de dezembro de 2020, correspondem a R\$ 7.723 e R\$5.285, respectivamente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores estimados para as causas possíveis são

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Tributárias	13.008	11.211
Trabalhistas	3.491	850
Cíveis	<u>8.455</u>	<u>14.118</u>
	<u>24.954</u>	<u>26.179</u>

18 Patrimônio líquido**(a) Capital subscrito e integralizado**

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado, no montante de R\$ 131.837 está dividido em 114.620.829 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A composição dos acionistas pode ser assim discriminada:

	<u>Em milhares de ações</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
JSS Empreend. e Administração Ltda.	87.715	324.120
Outros acionistas	26.905	12.048
Ações em tesouraria	<u>-</u>	<u>14.877</u>
	<u>114.620</u>	<u>351.045</u>

Em 31 de outubro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram a cisão parcial em decorrência da reorganização societária do Hospital Mater Dei mediante a redução do capital no montante de R\$1.366 e o cancelamento de 582 ações ordinárias nominativas.

Conforme mencionado no contexto operacional (Nota 1.2), em 31 de dezembro de 2020 os acionistas da Companhia aprovaram a cisão parcial do patrimônio líquido, que resultou na redução de capital da acionista majoritária no montante de R\$235.842.

Em 31 de dezembro de 2020, na mesma Assembleia que deliberou sobre a cisão parcial, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$18.000, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo de retenção de lucros. Este aumento foi proporcional a todos os acionistas.

(b) Ações em tesouraria

Em dezembro de 2020, a Companhia alienou as ações em tesouraria para sócios minoritários no valor de R\$31.050. No mesmo período, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos intermediários mediante saldo de reserva de retenção de lucros de anos anteriores no valor de R\$ 32.205, dos quais R\$ 31.050 foram compensados com o valor a receber das ações em tesouraria, e o valor de R\$ 1.155 retornou para reserva de lucros em decorrência da renúncia aos dividendos por determinados acionistas.

Hospital Mater Dei S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial refere-se ao custo atribuído quando da adoção inicial dos pronunciamentos contábeis (CPC). Esse custo atribuído é realizado com base na vida útil dos ativos correspondentes contra lucros acumulados. Em decorrência da cisão parcial dos ativos imobilizados que haviam sido objeto de custo atribuído, o montante total do ajuste de avaliação patrimonial foi cindido também. Desta forma, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui saldo nesta rubrica.

(d) Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Reserva para investimento

A constituição da reserva para reinvestimento foi deliberada em Assembleias Gerais Ordinárias com a finalidade de destinar recursos para a expansão das atividades operacionais da Companhia.

(e) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, será assegurado aos acionistas 25% do lucro líquido, ajustado conforme legislação, para distribuição e pagamentos de dividendos.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício originalmente apresentado	72.643	138.104
Constituição da reserva legal (5%)	<u>(3.632)</u>	<u>(6.905)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>69.011</u>	<u>131.199</u>
Dividendos antecipados	-	19.661
Dividendos propostos	<u>17.253</u>	<u>13.139</u>
Total de dividendos	<u>17.253</u>	<u>32.800</u>
Reversão de dividendos de exercícios anteriores	-	<u>(372)</u>
	<u>17.253</u>	<u>32.428</u>
Porcentual dos dividendos do exercício sobre o lucro líquido	25%	25,0%
Dividendo por ação – R\$	0,15	0,09
Porcentual dos dividendos após reversões sobre o lucro líquido	-	24,7%

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Receita de contratos com clientes

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Convênios	708.037	727.808
Particulares	46.627	36.298
Repasses sobre serviços prestados	9.047	8.908
Receita com estacionamento	4.952	5.847
Outras receitas	2.168	1.266
Receita bruta	<u>770.831</u>	<u>780.127</u>
Faturamentos cancelados	(398)	(248)
Outras deduções	(530)	(717)
Deduções da receita	<u>(928)</u>	<u>(965)</u>
ISSQN	(21.611)	(19.062)
PIS	(5.390)	(4.850)
COFINS	(25.041)	(22.611)
Impostos sobre receita	<u>(52.042)</u>	<u>(46.523)</u>
Receita líquida	<u>717.861</u>	<u>732.639</u>

20 Custos e Despesas por natureza

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários e ordenados	(124.745)	(117.216)
Encargos sociais	(40.465)	(37.034)
Férias, 13 ^o salários e encargos	(17.996)	(16.255)
Benefícios	(14.016)	(13.627)
Prestação de serviços médicos	(31.857)	(33.002)
Materiais e medicamentos	(194.275)	(178.968)
Manutenção e conservação	(33.805)	(29.814)
Depreciação e amortização	(37.900)	(46.057)
Outros custos e despesas	(49.864)	(41.550)
	<u>(544.923)</u>	<u>(513.523)</u>
Custo do serviço prestado	(427.797)	(396.956)
Despesas gerais e administrativas	(117.126)	(116.567)
Total custos e despesas	<u>(544.923)</u>	<u>(513.523)</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisão para contingências	(23.163)	(4.669)
Reversão (provisão) p/créd. liquidação duvidosa	(30.875)	(9.531)
Depreciação propriedade para investimento	(596)	(831)
Aluguéis	1.235	1.654
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(2.737)</u>	<u>5.220</u>
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(56.136)</u>	<u>(8.157)</u>

22 Resultado financeiro

Resultado financeiro da Companhia por natureza de transação financeira:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	2.122	15.365
Descontos financeiros	5.139	6.650
Resultado líquido com derivativos - Swap	4.420	(493)
Outras receitas financeiras	<u>1.563</u>	<u>1.212</u>
Receitas financeiras	<u>13.244</u>	<u>22.734</u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Juros com empréstimos, financiamentos e parcelamentos	(15.691)	(17.458)
Juros contrato de arrendamento	(428)	(473)
Variação monetária e cambial	(6.789)	(1.269)
Despesas bancárias	(640)	(1.404)
Descontos concedidos	(3.286)	(400)
Outras despesas financeiras	<u>(450)</u>	<u>(1.591)</u>
Despesas financeiras	<u>(27.284)</u>	<u>(22.595)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(14.040)</u>	<u>139</u>

Hospital Mater Dei S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Imposto de renda e contribuição social

(a) Composição de saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos

Segue a reconciliação da apuração do imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	102.762	211.098
Alíquota de IR e CSLL	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota dos impostos	<u>(34.939)</u>	<u>(71.773)</u>
Diferenças permanentes		
Incentivos fiscais (patrocínios e doações)	871	284
Outras diferenças permanentes	<u>3.949</u>	<u>(1.505)</u>
Provisão do imposto de renda e contribuição social	<u>(30.119)</u>	<u>(72.994)</u>
IR e CSLL - corrente	(59.037)	(79.725)
IR e CSLL - diferido	<u>28.918</u>	<u>6.731</u>
	<u>(30.119)</u>	<u>(72.994)</u>

(b) Composição de saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os impostos diferidos estão representados despesas e receitas temporárias e estão apresentados líquidos no balanço patrimonial, conforme previsto no CPC 32.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisão para contingências	19.842	26.778
Provisão para glosas	16.539	11.636
Provisão para devedores duvidosos	14.936	4.485
Depreciação e custo atribuído do ativo imobilizado	-	(29.680)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.435)	(932)
Outros	<u>900</u>	<u>-</u>
Ativo (passivo), líquido	<u>49.782</u>	<u>12.287</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo, quando aplicável, as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia não possui instrumentos potenciais com efeitos diluidores.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	72.643	138.104
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	<u>336.152</u>	<u>336.168</u>
Lucro básico e diluído por ação - R\$	<u>0,22</u>	<u>0,41</u>

25 Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas estão descritos abaixo.

	<u>Parte relacionada</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Dividendos a pagar	Acionistas	28.080	26.028
Arrendamentos a pagar	Controladora	395.590	-

Conforme descrito na Nota 11, a Companhia e a JSS celebraram em 31 de dezembro de 2020, contratos de locação dos imóveis das três unidades operacionais e outros imóveis de uso administrativo, assistencial e laboratorial. Os contratos têm duração de 30 anos, com possibilidade de renovação e estão sujeitos ao reajuste pela variação do IPCA. O contrato também prevê a execução das obras, pela Companhia, da Unidade Salvador e do Centro Médico Salvador. E quando da conclusão das obras, entrará em vigor o contrato de locação das referidas unidades (Nota 26).

(a) Remuneração do pessoal-chave da administração

A administração compreende os Conselheiros de Administração e os Diretores Estatutários. A remuneração paga ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	<u>16.063</u>	<u>16.342</u>
	<u>16.063</u>	<u>16.342</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Contratos e compromissos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia no processo de cisão dos ativos, firmou contrato com sua controladora JSS, se comprometendo a promover a finalização da execução das obras das edificações das unidades localizadas na cidade Salvador (Hospital Mater Dei Salvador e o Centro Médico Mater Dei) de acordo com as características especiais e necessárias para o desenvolvimento das suas atividades.

O Hospital Mater Dei será exclusivamente responsável pela execução da obra, respeitando todas as normas e legislações específicas para a construção e, também em obter e a apresentar à JSS todas as licenças, autorizações e alvarás referentes às obras, inclusive o atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros e o Auto de Conclusão de Obras (“Habite-se”).

Pela execução das obras, a Companhia receberá uma contrapartida correspondente da JSS para reembolso total dos custos da obra a executar no valor estimado de R\$308.000, que tem previsão de inauguração no 1º semestre de 2022. Conforme contrato, a JSS reembolsará a Companhia no prazo de 12 anos, sendo o mesmo prazo do financiamento obtido pela Companhia para a construção dos respectivos imóveis. O contrato prevê uma remuneração de 4,1% ao ano e terá início em 02 de janeiro de 2021.

Após a conclusão das obras, entrará em vigor o contrato de locação do Hospital Mater Dei Salvador e o Centro Médico Mater Dei, o qual terá a duração de 28 anos, com o valor estimado anual de R\$19.000, sujeitos ao reajuste do IPCA, com a possibilidade de revisão dos preços a cada 5 anos para permitir ajuste à evolução dos preços praticados no mercado.

Em 31 de dezembro a Companhia possuía saldos de adiantamentos a fornecedores e estoques adquiridos e ainda não aplicados na obra, apresentados como “Ativos de obras a executar”.

	2020
Adiantamento a fornecedores	36.217
Material para execução de obra (a)	16.005
	<u>52.222</u>

27 Seguros (cobertura não auditada)

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da cobertura</u>
Prédio e conteúdos	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/vendaval a fumaça/ lucros cessantes	441.200

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, a Companhia contratou apólices de seguro garantia visando dar cobertura, por ordem judicial, a processos judiciais em andamento. Esse seguro tem por objetivo apenas evitar a necessidade de se proceder a depósito judicial. Caso a Companhia não logre êxito nessas ações, a mesma deverá arcar com o ônus dessas ações, não tendo cobertura quanto aos valores perdidos.

28 Eventos subsequentes

(a) Cláusulas contratuais restritivas – covenants

Até, 31 de dezembro de 2020 a Companhia não tinha obtido as cartas resposta com a anuência (waiver) dos bancos BNDES e BNB para a realização da cisão parcial da Companhia realizada em 31 de dezembro de 2020, o que a obrigou a apresentar no passivo circulante, o saldo de longo prazo das dívidas correspondentes, no montante de R\$ 173.253.

A Administração da Companhia obteve, nos dias 3 e 4 de fevereiro de 2021, a anuência dos bancos BNB e BNDES, respectivamente, para realização da cisão parcial da Companhia sem declarar vencimento antecipado das dívidas. Logo, a partir do recebimento dos waivers, o cronograma de pagamentos das dívidas permanece inalterado, eximindo a Companhia da realização do caixa de forma antecipada.

Apresentamos a seguir, de forma resumida, o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020 após a obtenção do waiver:

	<u>2020</u>	<u>2020</u>		<u>2020</u>	<u>2020</u>
	<u>Apresentado</u>	<u>Após waiver</u>		<u>Apresentado</u>	<u>Após waiver</u>
Ativo			Passivo		
Circulante	555.270	555.270	Circulante	427.761	254.508
Não circulante	628.959	628.659	Não Circulante	495.107	668.360
			Patrimônio líquido	261.061	261.061
Total do Ativo	<u>1.183.929</u>	<u>1.183.929</u>	Total do passivo	<u>1.183.929</u>	<u>1.183.929</u>

Apresentamos a seguir, o cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2020, após a obtenção do waiver:

Cronograma dos empréstimos e financiamentos:

	<u>2020</u>	<u>2020</u>
	<u>Apresentado</u>	<u>Após waiver</u>
Menos de um ano	239.468	66.215
Dois e três anos	2.771	58.383
Quatro e cinco anos	-	49.744
Acima de cinco anos	-	67.897
	<u>242.239</u>	<u>242.239</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cronograma dos empréstimos e financiamentos a valores futuros não descontados:

	<u>2020</u>	<u>2020</u>
	<u>Apresentado</u>	<u>Após waiver</u>
Menos de um ano	239.850	76.406
Dois e três anos	2.949	81.450
Quatro e cinco anos	-	64.926
Acima de cinco anos	-	72.328
	<u>242.799</u>	<u>295.110</u>

(b) Plano de opções de compra de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária se aprovou, em 10 de fevereiro de 2021, o Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia (“Plano”), o qual estabelece as condições gerais para a outorga de opções de compra de ações aos colaboradores, parceiros estratégicos e consultores da Companhia, a critério do Conselho de Administração, objetivando incentivar a integração e alinhamento dos colaboradores da Companhia. O Plano delega ao Conselho de Administração a competência para delimitar todos os termos e condições nos quais as opções serão outorgadas, por meio da aprovação de programas, observado que as opções outorgadas não poderão ultrapassar o limite máximo de 3,0% (três por cento) das ações do capital subscrito e integralizado da Companhia, sendo que este limite somente poderá ser alterado mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

* * *